

A PESQUISA E O TRABALHO DE CAMPO: UM PROBLEMA POLÍTICO PARA OS PESQUISADORES, ESTUDANTES E CIDADÃOS*

Yves Lacoste

Este número oito, que conclui o segundo ano de existência de *Hérodote*, é consagrado aos problemas da pesquisa e do campo - o campo de pesquisa -, não para enumerar receitas metodológicas, mas para colocar um certo número de problemas muito raramente evocados, talvez porque sejam fundamentais.

Certamente, problemas epistemológicos que estão para a Geografia, como para as outras Ciências Sociais, na base de toda operação de produção de um saber; trata-se, primeiramente, de reconhecer e denominar os elementos de um concreto, densamente compacto, mais ou menos opaco e, em seguida, extrair dele idéias, cifras e isto em função de uma problemática mais ou menos explícita e de pressupostos mais ou menos implícitos.

É preciso, sobretudo, colocar problemas políticos e, primeiramente, a responsabilidade do pesquisador face aos homens e mulheres que ele estuda e cujo território analisa. Digamos, primeiramente, que este problema não diz respeito somente aos pesquisadores, mas ao conjunto de cidadãos em razão da multiplicação das pesquisas de toda ordem, que recaem sobre grupos mais ou menos numerosos sobre os quais nos interessamos a títulos diversos. Mesmo pesquisas que apenas recaem sobre as características físicas de um território, não deixam, por isso, de dizer menos respeito à população que aí vive, na medida em que seus resultados tornam mais eficaz uma intervenção aí. Mesmo pesquisas completamente desinteressadas podem ter importantes conseqüências para a população estudada, mas esta ignorará tudo,

* Texto publicado no Seleção de Textos nº 11. Ele foi traduzido da revista *Hérodote* nº 8, out./dez. de 1977, p. 3 a 20. Título original: “L’enquête et le terrain: un problème politique por les chercheurs, les étudiants at les citoyens”.

pela impossibilidade de examinar inúmeras publicações científicas; em contrapartida, os aparelhos de Estado e os grandes grupos privados poderão mesmo utilizar estas pesquisas para elaborar seus projetos e executá-los. Com mais forte razão, a população ignorará completamente os relatórios confidenciais das diferentes agências de estudos, cujas pesquisas, freqüentemente muito discretas, são financiadas por organismos públicos ou privados, preocupados em saber mais sobre essas pessoas.

É normal que o pesquisador se desinteresse da sorte da população que estudou? É normal que esta permaneça na ignorância das pesquisas das quais foi objeto? Este problema, da responsabilidade do pesquisador face aos homens e às mulheres que estuda e cujo território analisa, *Hérodote* colocou em seu primeiro número, e pelo menos em meu conhecimento, somos ainda quase os únicos a afirmar que é preciso não parar a pesquisa, atitude negativa e perfeitamente irrealista, mas esforçar-se em comunicar os resultados aos homens e às mulheres que foram objetos delas, pois estes resultados conferem poder a quem os detém.

Esta tomada de posição dissipou-se para muitos no escândalo que provocou a saída de *Hérodote*. Porém, este problema de responsabilidade do pesquisador não foi ainda levantado abertamente, sem dúvida, em razão do embaraço que provocou, inclusive entre aqueles que denunciavam os efeitos do poder. Foi com outro objetivo, bem mais secundário neste primeiro número, que foi considerado escandaloso e foi objeto de muitos comentários indignados. Isto permitiu iludir o debate principal. Para dissipar esse mal entendido, parece útil retornar, um pouco longamente, sobre esse ponto. Do que se tratava?

A PROPÓSITO DE PIERRE GOUROU E DAS BELEZAS DO DELTA

Neste número um, antes de abordar a questão paisagem, nós havemos dado, como trechos escolhidos, um extrato da conclusão de um grande livro de Pierre Gourou - *Le paysans du Delta Tonkinois* (1936). Esta magnífica evocação de paisagens, as belezas do Delta (este título é próprio de Pierre Gourou), vinha em *Hérodote* em seguida ao artigo sobre estratégia de bombardeamento dos diques do mesmo Delta pela força aérea dos EUA, artigo no qual fazia muitas vezes referência a Pierre Gourou e a seu magistral estudo (tanto de

Geografia física, quanto de Geografia humana). Ora, a escolha desta descrição de paisagem e os comentários que a ela fizeram Ronai e Chapuís provocaram uma grande indignação na Geografia dos professores. Entre os escândalos provocados pelo primeiro número de *Hérodote*, estes comentários do texto de Pierre Gourou, um dos mais iminentes geógrafos franceses, foram considerados como os piores: quiseram ridicularizar Gorou! Que ousadia, aonde vamos? Mesmo geógrafos aos quais a revista não causava repulsa, julgaram que exageramos. Que havíamos, pois, feito?

Como se tratasse da abertura de uma ópera, diziam eles, ou melhor, da primeira seqüência desses grandes filmes que começavam pela longa apresentação de uma paisagem (o genérico se desenvolve, então, em superimpressão), Ronai e Chapuís haviam feito seguir essa descrição literária das belezas do Delta, por alguns pequenos textos que evocavam filmes ou romances que teriam podido começar pela apresentação de um tal panorama. E os geógrafos horripilados em sua denúncia do sacrilégio (alguns acreditaram mesmo, os que não conheciam os livros de Gourou, que nós havíamos inventado este título, a seus olhos ridículos: aos nossos ele não o é) não tiveram pena de denunciar estes, de certo modo, plágios: um filme de Jean Renoir: *Lê Fleuve*, o de Pierre e Schoendorfer: a 317ª Seção, que evoca o fim da Primeira Guerra do Vietnã, um romance de Mauraux etc., que não são, a que eu saiba, obras derrisórias, cuja aproximação com o texto de Gourou possa ridicularizar o geógrafo e sua obra.

Digamos, sem absolutamente pedir escusas, que essa indignação nos surpreendeu em pouco, pois não tínhamos nenhuma intenção de escarnecer Pierre Gourou. Não é ridicularizando que convém fazer a crítica rigorosa - e ela será feita - dos conjuntos de uma obra de reputação internacional (seus *Pays Tropicaux* são um dos raros livros de Geografia francesa a terem sido traduzidos para o inglês), cujo papel ideológico e função mitificadora (e não mistificadora) estão na medida de sua inteligência.

Verdadeiramente, compreendemos rapidamente que, se os geógrafos escandalizados falavam tanto desses plágios de filme ou de romance acusando-nos de criar o ridículo, era por não terem o que comentar, o que discutir, a propósito do que Ronai dizia em seguida, a saber, que esta grande descrição de paisagens, pela qual Pierre Gorou houvera aberto a conclusão de sua tese, era o meio principal de uma operação ideológica de mitificação (ainda uma vez

esse termo me parece mais justo que de mistificação): a beleza das paisagens do Delta foi um meio, certamente inconsciente, para Pierre Gorou afastar-se do problema da miséria e escamoteá-lo.

Não diz ele, após ter descrito As Belezas do Delta: “A população do Delta vive na privação mas não no desespero... um dos encantos, dos mais evidentes do Delta, é, com efeito, o acordo perfeito que se estabelece entre o homem e a natureza. Desde séculos, o camponês soube organizar as relações harmoniosas com o meio que o cerca. As vestimentas são freqüentemente andrajosas e imundas, mas sua cor escura ou pardacente, por vezes realçada por um toque alegre de um cinto de um verde vivo... não maculam o quadro natural... Enquanto que em lugares mais evoluídos o homem rompeu este acordo com a natureza, e constitui, desde que apareceu, num corpo estranho que não se integra na paisagem e destrói sua harmonia... O Tonquim apresenta, em suma, as características de uma civilização estabilizada em acordo material e estético com as condições naturais... O Tonquim usufrui ainda no mundo de uma situação privilegiada sobre este ponto de vista.”

Poderíamos multiplicar as citações; elas datam de 1936, mas afirmam já um tema que Pierre Gorou retomou muitas vezes, na seqüência de sua obra. A evocação da harmonia das paisagens, apenas cores escuras dos vestuários e na mancha verde das cinturas, as cores do Delta são um meio, no discurso, de passar a miséria dos camponeses ao plano de uma descrição pictural: é um meio de crer, e de fazer crer, que as sensações estéticas atribuídas a uma população transcenderiam sua miséria, suavizariam suas condições de existência. De fato, apesar dessa pretensa harmonia de suas relações com a natureza, esta população sofria, no tempo em que Pierre Gourou fazia suas pesquisas, além de inundações catastróficas (acordo com a natureza?), terríveis fomes, do qual o geógrafo não fala, e uma cruel repressão, após revoltas das quais Gourou fala menos ainda. Na mesma época e no mesmo Tonquim, estas fomes provocadas pela exploração colonial (o arroz era então exportado) conduziam um jovem agrônomo, René Dumont, a protestar e a pedir demissão de seu posto, quando se deu conta de que se tornava cúmplice e garantia de um sistema.

Denunciar a mistificação ou a mitificação, 40 anos mais tarde, após tudo o que se passou no Vietnã, não teria ainda interesse, se não fosse para mostrar como ela pôde funcionar. Se escolhi colocar este texto sobre as belezas do Delta em seguida à minha análise do bombardeamento dos diques, é porque esse texto é belo, porque eu

o considero belo e não sou o único a pensar assim. E é porque ele é belo que exerce forte influência ideológica: grandeza do horizonte que se pode abranger do alto de um grande dique, espelho dos arrozais que reflete o céu e as nuvens de chuva, encanto destes pequenos mundos aldeões, anexados sob a verdura das árvores e dos bambus. Não é justamente tudo isso que permitiu ao geógrafo de então de não ver a fome e a repressão policial? Não se trata de acusar Pierre Gourou de ter conscientemente montado esse discurso que pode parecer mistificador: ele estava então tanto mistificado quanto seus leitores. Os sentimentos inspirados pelas belezas das paisagens a qualquer um que houvera se tornado um de seus mais finos conhecedores, foram sem dúvida um dos álibis culturais (nem todos foram desta qualidade entre os colonizadores, em sua maioria racistas) que permitiram a um intelectual liberal de não se colocar, freqüentemente, problemas quanto à colonização, quanto à exploração e à opressão coloniais. Hoje, Pierre Gourou não é esquecido por seus alunos do Liceu de Hanoi; aqueles pelo menos que sobreviveram às revoluções francesas e a 30 anos de guerra (neste Liceu, um de seus alunos foi um certo Giapi). Eles conheciam muito bem sua tese: *Le paysans du delta Tonkinois*, admiram as qualidades científicas desta obra e compreendem as razões de certas deformações ideológicas. Ninguém duvida que o professor Gourou do Colégio de France seria bem acolhido em Hanoi, e que seus hospedeiros estariam felizes e orgulhosos em lhe mostrar o Delta, e tudo o que eles ali realizaram depois. O que eles não compreenderam é o mundismo no qual se acantonou Pierre Gourou durante a 2ª Guerra no Vietnã, em particular quanto o Delta e os milhões de homens que aí vivem arriscaram serem submersos no momento dos bombardeios americanos sobre os diques que Pierre Gourou conhecia tão bem. Ninguém duvida que, então, suas palavras teriam pesado mais no meio dos protestos de altas personalidades de todas as tendências e que não eram suspeitos de comunismo. Ora, Pierre Gorou não quis dizer nada, e é esse silêncio que mais podemos reprovar nele.¹ Neste país que estudou tão bem, eram os homens ou as paisagens

¹ Não sentia ele algo implicado neste conflito quando deplorava (em uma nota de seu prefácio, a uma 2ª edição, UTON, 1955) que seu livro tinha sido traduzido sem sua autorização pelos americanos em 1955, assim como haviam feito os japoneses em 1943. Mas foi somente para deplorar que a tradução americana seja *repleta de contra-sensos e falsos sentidos...*

que ele amava? Esta questão poderíamos colocá-la para muitos geógrafos, mas poderia ser colocada uma outra questão muito vizinha, aos pesquisadores das Ciências Sociais, que também falavam de seu terreno, se bem que se trata, então, explicitamente, de homens e de mulheres.

POR UMA TRANSFORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DA RELAÇÃO DE PESQUISA**

Retornemos ao problema da responsabilidade do pesquisador e ao das relações que deveriam estabelecer-se entre este intelectual e a população que é seu centro de interesse científico. Quando um pesquisador fala de seu terreno (o possessivo por si só deveria ser comentado) quer seja geógrafo, sociólogo ou etnólogo, do que se trata? É somente uma topografia que se percorre, que se mede, uma paisagem que se descobre ou que se admira, um espaço social que se apropria intelectualmente. São também homens e mulheres do qual se tira partido, não somente para satisfação de os compreender, mas também para obter prestígio científico e notoriedade. A pesquisa conduzida durante meses, se não anos, sobre homens de uma região, de uma aldeia, de um bairro, contudo que isso necessita de contatos e trocas de idéias com os homens, não deveria prolongar-se, para o pesquisador, por um sentimento de gratidão face àqueles que o acolheram, que o ajudaram de mil maneiras, inclusive na gênese das idéias científicas do qual ele mais se orgulha: o pesquisador não foi cheio de amabilidades e cordialidades com eles, apenas porque a ajuda deles lhe era então indispensável? Não deveria ele sentir-se tocado pelo que lhes pode acontecer após que sua pesquisa termine? Com seu terreno o pesquisador não deve ter, enfim, a não ser relações de conquista e exploração e a relação de pesquisa deve reduzir-se, no final das contas, à relação de sedução e inquisição?

Certamente, no caso de Pierre Gourou e dos camponeses do Delta do Rio Vermelho, tratava-se de uma relação de pesquisa com muitos milhões de homens; ela era algo diluída, abstrata (mas, certamente, ele se permitiu ter interlocutores particulares com os quais as relações não eram abstratas). A gravidade do perigo que

** Obs: a palavra *anquete* está sendo traduzida de forma genérica por pesquisa ou pesquisa de campo.

veio ameaçá-los quando do bombardeamento dos diques não teria excitado o pesquisador a sair de sua indiferença científica? Certamente todos os grupos que foram ou são objetos de pesquisa, não são ameaçados de genocídio, ainda que este risco exista na Amazônia e em certas regiões da África e da Ásia. Mas a atitude de um geógrafo ilustre, confrontando com esta grande tragédia que foi a guerra do Vietnã, é um dos exemplos mais significativos do comportamento da maioria dos pesquisadores, relativamente aos homens e às mulheres, que são ou que foram seus objetos de estudo.

Pensamos, pois, que este problema da relação de pesquisa deve ser analisado mais a fundo e discutido mais longamente, partindo dos exemplos que a relação entre o pesquisador e a população que ele estuda são mais estreitas, isto é, quando o efetivo do grupo analisado não é muito importante. Mais do que em Geografia, do que Sociologia ou do que em Economia, cujas investigações recaem, freqüentemente, sobre populações relativamente numerosas que são apreendidas de modo estatístico, é na Etnologia que são geralmente mais estreitas a relação entre o pesquisador e um pequeno número de interlocutores. Assim, é a um etnólogo² (pois de acréscimo o problema das mulheres se coloca na pesquisa de modo particular) que nós solicitamos redigir o texto, posto em discussão em relação à pesquisa. Certos de nossos amigos nos reprovam, por vez, de nos acantonarmos na Geografia e de negligenciarmos o movimento das Ciências Sociais; eles deveriam, pois, estar satisfeitos. Seguramente, os problemas da pesquisa e do terreno não se colocam exatamente do mesmo modo para os etnólogos e para os geógrafos.

É somente o efeito do período estival em que este texto foi posto em circulação (foi enviado aos membros do grupo de discussão e a pesquisadores em Ciência Sociais)? Ele não suscitou até o presente a não ser um pequeno número de comentários entre os geógrafos. Em contrapartida, os etnólogos se sentiram mais interessados; eles não têm o alibi, que têm os geógrafos, da abordagem estatística dos homens ou da Geomorfologia. É, no fundo, bastante normal que esta nova tomada de posição sobre o problema de responsabilidade do pesquisador prove que, como a primeira, uma certa perturbação. Se é bastante fácil, quando se está na esquerda de

² Camille Lacoste Dujardin, especialista dos bérberes, trabalha há alguns anos em uma aldeia da Cabília. Seu último livro: *Dialogue de femmes em ethnologie*, Maspero, Paris, 1977.

admitir no nível do corpo social inteiro que todo saber é instrumento de poder para uma minoria dirigente e se é bom aspirar por uma mudança radical da sociedade para que isso mude, é mais delicado ao pesquisador questionar sua própria prática. Em seu artigo, Michel Pichol mostra que não basta ser um militante de extrema esquerda para que o problema seja resolvido; ele pode mesmo colocar-se, por vezes, em termos muito mais graves. De fato, é preciso constatar que muitos dos pesquisadores têm boa vontade, mas eles não vêem como poderiam, cada um em seu próprio nível, comunicar utilmente resultados de sua pesquisa aos homens e mulheres que são objetos dela. Pensamos que, sem esperar a transformação da sociedade, os pesquisadores, para quem importam os problemas políticos, deveriam tentar modificar, no que lhes diz respeito, a relação pesquisador/pesquisados e aceitar confrontar sua experiência neste domínio. A eficácia e o rigor da investigação científica não perderão nada com isso, bem pelo contrário.

Em contrapartida, alguns não deixaram de dizer que tais idéias são apenas utopias e discursos frívolos; começam, porém, a ficar no ar e, a este respeito, a recente conferência de Claude L'Éristou sobre a responsabilidade do etnólogo é muito significativa. A este que alguns consideram como um frio classificador não acaba de se colocar o mesmo problema de *Hérodote*?

Refletindo bem, não é nada impossível que a comunicação dos resultados da pesquisa aos pesquisados torne-se, daqui a algum tempo, uma prática normal e, mesmo, uma etapa obrigatória da pesquisa, pelo menos no que chamamos de democracias liberais: o poder, aí, adaptou-se a muitas outras investidas, freqüentemente mais perigosas para ele; ele, certamente, chega a contorná-las e mesmo utilizá-las, mas cada uma delas constitui, todavia, um progresso.

Para uma evolução mais democrática da relação de pesquisa, é preciso que os pesquisadores em Ciências Sociais e os geógrafos aceitem, primeiramente, se colocar o problema, depois colocar a sua opinião aos partidos e propor soluções. São os pesquisadores universitários que têm os menores constrangimentos, pois, se bem que, não tenham meios, são proprietários do fruto do seu trabalho. Em contrapartida, para que os trabalhadores assalariados possam comunicar sem risco de sanções graves, ou de perdas de seus empregos, os resultados de suas pesquisas às pessoas que são objeto dela - as agências de pesquisas se consideram como proprietárias das pesquisas realizadas pelo seu pessoal - seria preciso que o

movimento democrático obtivesse, primeiramente, que as diversas roupagens dos aparelhos do Estado não tivessem mais o monopólio das informações fornecidas pelas pesquisas, mesmo se eles a financiaram. O fato de que esse monopólio, do qual se aproveitam as grandes firmas, se acresça ainda pela utilização dos computadores e pela criação dos bancos de dados pode contribuir para que os cidadãos tomem consciência dos perigos que representam para eles estas pesquisas, sobre as quais tudo ignoram, mas também dos trunfos que poderiam lhes trazer se tivessem conhecimento delas. Mas para que um movimento se desenvolva e para que grupos de cidadãos possam tirar partido de informações que lhes seriam comunicadas de modo compreensível, é preciso que uma certa proporção entre eles tenha idéia do que é pesquisa em Ciências Sociais, mesmo que este não seja seu ofício: em um país como a França, a proporção de pessoas que fez estudos superiores não é negligenciável, mas a maior parte delas jamais fez um trabalho de pesquisa de campo, uma verdadeira pesquisa, mesmo se tornaram-se professores de História e de Geografia: rigorosamente, sabem apenas compilar os elementos de uma documentação já existente.

A pesquisa em Ciências Sociais, como a prática da pesquisa de campo, é, no momento, a realidade de um número muito pequeno de pessoas (diz respeito à universidade, a CNRS e a diversas agências de pesquisas oficiais ou privadas). Seu nível de qualificação é elevado e sua experiência é grande; mas para a maioria foi de modo individual e solitário que reinventar, tateando cada um por si, os métodos de pesquisa, pois não foram iniciados neles quando de sua passagem pela universidade. Esta, no essencial, funciona como uma máquina de fabricar futuros professores, isto é, ensinando-lhes não a produzir saber, a extrair do concreto o abstrato, mas a reproduzir um discurso que eles próprios terão que fazer seus alunos reproduzirem.

Este defeito tradicional da universidade tende ainda a agravar-se: assim, tornou-se muito excepcional que, antes do estágio do mestrado, os estudantes da Geografia tenham ido ao campo. Isto ainda ocorre, mais freqüentemente, por ocasião da excursão por ônibus durante a qual os professores, nas diferentes paradas que previram no percurso, fazem um discurso na frente dos estudantes passivos. Para estes, isso não passa de uma iniciação à pesquisa. Mas mesmo estas excursões tornam-se cada vez mais raras na maioria das universidades, em razão, seguramente, das graves

dificuldades orçamentárias e em razão do mal-estar que existe desde 1968 entre estudantes e professores. O mestrado deveria ser para os estudantes uma etapa fundamental, pois é, em princípio, sua primeira pesquisa pessoal. Mas por falta de iniciação prévia, ficam entregues, na maioria das vezes, a si mesmos, perdidos no campo, onde não vêem nada e paralisados pela timidez que experimenta todo pesquisador iniciante. Assim, não é surpreendente que tenham uma forte propensão a compilar documentação existente e as características que querem muito bem lhes informar os serviços oficiais: estes aparecem como verdadeiros benfeitores, e como os únicos interlocutores válidos do pesquisador.

Para a maioria dos estudantes, a experiência da pesquisa se limita a isto; a este exercício suplementar de reprodução de conhecimentos já elaborados sem que tenham tomado consciência das possibilidades que teriam de produzir, por si mesmos, elementos de um saber novo. Todavia, a aprendizagem do trabalho de campo, a iniciação à pesquisa, começa a se tornar uma das reivindicações principais dos estudantes de Geografia. Com efeito, eles se dão conta que, devido à reforma Haby, a redução, se não o desaparecimento, da saída tradicional das universidades para o ensino secundário, os constrange a procurar outras atividades, e percebem, também, que para elas não estão preparados. Em muitas universidades pedem para aprender a trabalhar no campo, mas estas reivindicações, muito razoáveis, no fim correm o risco de não serem atendidas, pois a falta de crédito é o argumento principal. As razões profundas dessa recusa são também a ligação de um grande número de professores ao discurso tradicional, aos cursos que preparam na agregação ou no CAPES, e, sobretudo a idéia de que a pesquisa só pode ser o coroamento de uma formação, um desenvolvimento individual reservado a uma elite de alto nível. Neste período em que o governo liquida a Geografia no ensino secundário, aproveitando-se que a opinião pública não atenta para os significados políticos destas medidas (conforme *Hérodote* nº 4), torna-se aberrante continuar formando estudantes apenas para um concurso logo sem finalidade. Se queremos que a Geografia logo não desapareça das universidades por causa de estudantes é preciso orientar muito mais sua formação para a pesquisa e desde o começo dos seus estudos. Aqueles que poderão ainda encontrar um lugar nos Liceus e nos colégios serão somente os melhores professores e serão capazes de

iniciar seus alunos na pesquisa prática, politicamente muito útil, para todos os futuros cidadãos. Para que a relação de pesquisa se modifique pouco a pouco, é preciso que na universidade a grande maioria dos jovens seja iniciada na pesquisa e no trabalho de campo, a fim de que possa, em seguida, qualquer que seja seu futuro profissional, explicar às pessoas porque é preciso ver as pesquisas, porque é para eles preciso conhecer seus resultados e como estes podem, em seguida, ser utilizados.

Iniciar um grande número de estudantes nesse trabalho pode parecer muito utópico na universidade francesa, sobretudo nos tempos que ocorrem. O que importa é romper o sistema de ensino, baseado na reprodução do discurso para se chegar a uma regra, que é, por exemplo, aplicada em numerosas universidades estrangeiras; nas dos países socialistas, mas também no Canadá, os estudantes devem passar em várias permanências, dois a três meses no campo, antes do fim de sua licenciatura. Para isso são necessários créditos, mas não somente créditos. É preciso também ser consciente da importância fundamental do trabalho de campo para os geógrafos. Atualmente, os créditos são certamente muito insuficientes, mas não é indispensável ir muito longe para encontrar matéria de observação e de pesquisa. O terreno pode estar, inicialmente, nas proximidades da universidade: caminhar a pé para ser o modo principal de deslocamento. Não se trata tanto de fazer excursões ou organizar estágio para o aprendizado de tal ou qual técnica. É uma verdadeira pesquisa que é preciso fazer coletivamente com os estudantes, em lugar relativamente limitado e durante um certo tempo: assim, uma dezena de dias parece ser a duração mínima de permanência, para que um grupo de uns 20 estudantes possa, com o concurso de alguns professores, realizar uma monografia geográfica, algo séria, para uma localidade de mil habitantes.

A participação dos estudantes em tais pesquisas coletivas - e isto desde o tempo de sua formação - os prepara para a pesquisa individual que virá mais tarde: estarão então menos intimidados e menos inclinados a recorrer somente à documentação já elaborada. Mas é necessário também que as pesquisas coletivas desemboquem cada qual em uma apresentação dos resultados à população que foi objeto de pesquisa, tanto por razões de eficácia, quanto para se habituar a métodos que permitam transformar a relação pesquisador/pesquisado. Não se trata, evidentemente, no final da pesquisa, de

fazer conferência ou de distribuir um texto: uma das fórmulas mais eficazes é organizar a população, em um lugar que ela frequenta habitualmente, uma exposição apresentando os principais resultados da pesquisa que acabam de ser obtidos - cartas simples e comentadas, desenhos, fotos, blocos, diagramas explicados de modo que ela possa compreender, dar sua opinião, criticar essas representações dela mesma e de seu território.

Esta apresentação pedagógica dos resultados de uma pesquisa, às pessoas que ela diz diretamente respeito, pois são elas mesmas e seu quadro de vida que a pesquisa analisa, é, de fato, um procedimento muito eficaz de verificação científica. A data desta exposição deve ser anunciada na imprensa local por cartazes e folhetos, desde o começo da pesquisa, primeiramente por uma razão de cortesia face à população e seus eleitos e por razões de eficácia: é desejável que os habitantes saibam que os estudantes virão fazer uma pesquisa da qual lhes será publicizada em tal data para que possam dar sua opinião. Uma vez advertida a população, uma vez fixada a data de exposição (uma demora de 10 a 15 dias é um estrito mínimo) é preciso chegar, custe o que custar, a certos resultados e a sua formalização. Este constrangimento faz com que o aprendizado da pesquisa seja uma pesquisa mesmo - não permaneça em um estado de rascunho, de notas inacabadas, o que levaria cada participante a duvidar da eficácia do método e, sobretudo de suas próprias capacidades. É indispensável que os estudantes tenham prova de que são capazes, mesmo iniciantes, de fazer em um tempo limitado por diversos constrangimentos, não somente a síntese de documentos existentes, mas que sobretudo sejam capazes, por sua própria pesquisa, de produzir elementos de um saber novo. A população geralmente não se ilude; os comentários e as críticas que fazem as pessoas diante dos painéis de exposição são tanto mais interessantes e úteis para novos progressos da pesquisa quanto os resultados que são apresentados de modo claro e sugestivo (é preciso levar em conta que a carta nem sempre é compreendida verdadeiramente) e quando tomam consciência da descoberta de características novas de um meio que eles acreditavam conhecer bem. É particularmente eficaz esboçar, sob a forma de desenhos e, sobretudo de blocos, diagramas comentados, um ou dois cenários prospectivos: o que poderia ser a situação do grupo estudado em 10

ou 15 anos (ou período mais breve) segundo diferentes hipóteses. O cenário de uma evolução, que seria muito prejudicial a uma grande parte da população, provoca não somente grandes controvérsias diante dos painéis, mas também um ganho de interesse pelos elementos da exposição que ainda não haviam suscitado atenção particular.

Este trabalho coletivo de pesquisa não é, todavia, um estágio, e é necessário acentuar a diferença: a função de um estágio é o aprendizado de tal ou qual técnica, por cada um dos participantes. No caso em questão é uma grande diversidade de técnicas que são utilizadas no seio do grupo de pesquisas, mas no quadro de uma certa divisão do trabalho determinada, sobretudo pelas características da situação analisada e pela evolução da problemática. Assim, também é indispensável que cada participante dê conta cotidianamente ao conjunto do grupo, da evolução de suas investigações e de todas as informações novas que pôde obter. Para bem distinguir os estágios desse tipo de pesquisa, podemos chamá-la expedições (ou exploração) para retomar ao meu caro William Bunge, que tentou investigações (conforme *Hérodote* n° 4) bastante comparáveis nas grandes cidades norte-americanas. No final de contas, seria preferível falar-se de expedições/exposições, pois que a síntese da pesquisa à população estudada é uma característica essencial de tais empreendimentos, não somente quanto ao princípio político, mas também quanto ao ritmo de trabalho que ela impõe e à sanção, de alguma forma, científica.

Ler-se-á o artigo intitulado *Géographe Sans Filet* (Geografia sem cilada) que é síntese de uma das pesquisas de uma tal expedição, levada a efeito e de um modo totalmente voluntário por um grupo de estudantes de Geografia da Universidade de Vanté, Paris 8, em uma grande aldeia do Alto Var. Uma outra expedição realizou-se, recentemente, em uma localidade do grande subúrbio parisiense, organizada por um grupo de militantes, estudantes de Geografia, vindos de diversas universidades, e ela será sintetizada proximamente. Observe-se, desde já, que há militantes desta localidade - nós não os conhecíamos e eles ignoravam a expedição precedente - que entraram em contato com Heródote para perguntar se, consideradas as posições teóricas tomadas na revista, geógrafos poderiam vir ajudá-los a estudar problemas que ameaçavam pesar fortemente sobre o futuro de sua comuna.

O CAMPO: UMA PRÁTICA INDISPENSÁVEL MAS NÃO SUFICIENTE

Alguns professores já podem tirar destas algumas experiências. Primeiramente, que os estudantes de Geografia, mesmo iniciantes em boa parte, podem apresentar após uma dezena de dias de trabalho intensivo - este tempo não é, alias, suficiente - um conjunto coerente de informações em grande proporção inéditas. Elas contribuíram para a tomada de consciência por uma parte da população estudada (mas não somente os notáveis e os intelectuais) de um certo número de problemas que, até então, ela não se colocava, e cujas soluções determinarão seu futuro. Seguramente, só se trata de uma iniciação à pesquisa, mas é o começo de uma verdadeira pesquisa.

Essas experiências provam, também, que a crítica da exposição de um certo número de habitantes que se sentem particularmente envolvidos (sobretudo os notáveis e os militantes) apresenta um interesse muito grande e não apenas no plano científico. A pesquisa, considerada a relativa brevidade da permanência (mas é difícil permanecer mais tempo sem nenhum crédito com participantes totalmente voluntários) certamente não acabou, mas uma pesquisa termina. Ela poderia ser continuada em uma segunda fase por militantes locais; alguns descobririam mesmo uma vocação de pesquisador e eles podem, se o desejarem, permanecer em contato com membros da expedição. Eis porque parece desejável deixar na localidade estudada os diferentes elementos da exposição para que sejam consultados, completados, casos superados, de novo apresentados à população por militantes locais, se eles dispõem de meios para prolongar esta ação. Suas conseqüências ao longo do tempo dependem, evidentemente, das condições políticas locais e não é o caso dos geógrafos vindos do exterior aí intervirem após a síntese de sua pesquisa: ainda é muito cedo para poder apreciar quais serão as conseqüências a longo tempo destas expedições no seio das populações que foram assim estudadas.

Em contrapartida, a expedição/exposição parece ser um método muito eficaz de formação dos estudantes para a pesquisa, inclusive entendida aí a pesquisa individual. Todavia, é preciso acentuar que essas pesquisas coletivas, por mais úteis que possam ser, não podem sozinhas constituir toda a formação dos geógrafos: elas são, sem dúvida, indispensáveis hoje, mas não são suficientes.

Com efeito, este gênero de pesquisa corresponde, em uma grande medida, a uma análise em grande escala, mesmo se os problemas do espaço estudado no essencial devam ser também considerados numa escala menor e substituídos por conjuntos espaciais muito mais vastos. O trabalho de pesquisa, propriamente dito, a observação no campo, corresponde à grande escala e, neste nível, é somente uma parte dos fenômenos que pode ser convenientemente apreendido; os outros devem ser antevistos em escala menor e é preciso, para isto, utilizar representações que a pesquisa no terreno não pode fornecer. O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. Não é menos verdade que a pesquisa, na medida em que ela corresponde à extração de um abstrato a partir de um concreto, pela pesquisa e pela observação de campo, dá uma grande importância ao nível de conceitualização em grande escala (evidentemente, a pesquisa pode também partir, sobretudo, das abstrações já elaboradas; a formação dos pesquisadores é então diferente e muito menos titubeante).

Os estudantes que participaram destas expedições/exposições experimentaram em sua maioria um certo entusiasmo (sobretudo se são militantes) com a idéia de dar conta à população dos resultados de sua pesquisa. Todavia, é preciso assinalar para evitar necessariamente, de sua parte, efusões, agradecimentos e juras de reconhecimento eterno. Como sublinha Camile Lacoste no texto posto em discussão, a tomada de consciência dos resultados de uma pesquisa provoca, freqüentemente, no seio do grupo estudado, uma espécie de crise e esta repercute nas relações com aqueles que apresentam os resultados. Seria pueril imaginar que a população que é objeto da pesquisa é social e politicamente homogênea: os documentos apresentados na exposição não agradam a todo mundo, e mesmo aqueles que consideram com simpatia o projeto dos estudantes ficam um pouco embaraçados, de ver que estrangeiros exponham em esquemas, planos e gráficos a vida e o cotidiano desta coletividade.

Este embaraço em se vê assim exposto, mesmo quando nada de escandaloso é revelado, manifesta-se particularmente diante do painel onde se encontra esboçada a imagem e hipótese que teria o grupo em um ou dois decênios, no caso onde se realizaria o cenário

negativo e imaginado. Um grande número de pessoas pensa então que os geógrafos preconizam esta organização do espaço que seria prejudicial a uma grande parte da população; passa-se mesmo a crer que eles têm algum poder para decidir sobre isso; elas os afrontam claramente. Este mal entendido é revelador: ele funciona um pouco como psicodrama e geralmente se dissipa bastante rapidamente, mas não basta para atrair a atenção sobre a experiência de um cenário que é positivo, pois ele implica freqüentemente em mudanças estruturais que não agradam a todo mundo.

No fim de tudo pouco importa: os militantes, uma vez passada esta pequena decepção, devem-se dar conta de que é necessário esforçar-se por modificar as relações pesquisadores/pesquisados; não para que estes lhes testemunhem seu reconhecimento, mas para que eles possam claramente colocar os problemas que lhes dizem respeito diretamente. No fundo, pouco importa se as pessoas persistem em crer que os pesquisadores desejam ver realizar-se a evolução negativa que foi apresentada. O que conta é que a população toma consciência de que esta evolução negativa pode realizar-se se ela não tomar providências. O que conta é que as pessoas podem representar-se mais claramente, qual é a organização do seu espaço, a fim de estarem em condições de discutir mais eficazmente projetos que se pretendem realizar em seu lugar.

O pesquisador, quer seja coletivo ou individual, não deve procurar aproveitar-se de sua pesquisa para envolver-se diretamente nas lutas políticas do grupo que estuda, pois mesmo aqueles que ele acredita ajudar não deixarão de lhe dizer, no fim de algum tempo, que ele os embaraça, que ele pretende dirigi-los, e que, de toda maneira, enquanto estrangeiro não está diretamente envolvido por estas lutas.

Eis porque é preferível que o pesquisador individual ou coletivo se retire uma vez terminada a pesquisa para não ser tentado a transformar seu saber em poder. (De fato, disso, mais do que essa exposição deu conta, não há aí duplicidade, mas somente dificuldade de tudo apresentar, diferentemente do que no texto). Se o pesquisador quer militar de outra forma, além do seu trabalho científico, ele pode fazê-lo onde mora.

Apesar destas reservas, dar conta de sua pesquisa àqueles que ele estudou é para um pesquisador uma experiência apaixonante: além do interesse científico, ela lhe mostra, freqüentemente que ele serve verdadeiramente para alguma coisa.